

RESUMOS DE TESES E DISSERTAÇÕES

O vencimento dos professores em três redes municipais paranaenses: uma análise de Cascavel, Maringá e Ponta Grossa

Autora: Bruna Caroline Camargo

Nível: Mestrado (PPGE/UFPR)

Orientador: Prof. Dr. Marcos Edgard Bassi

Esta dissertação teve como objeto de estudo o vencimento inicial e final dos professores em três municípios da rede pública municipal paranaense, no período de 2006 a 2013. A remuneração docente vem impulsionando inúmeros debates na sociedade, visto que é um elemento que pode propiciar a valorização docente. Na busca por igualar as diferenças salariais nacionalmente, em 2008 foi instituído o Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) para os profissionais do magistério público da educação básica. O PSPN foi instituído por meio da Lei nº. 11.738/2008, dado sua necessidade, um avanço na valorização do magistério. Por meio desta Lei foi estabelecido um piso nacional a ser pago aos profissionais do magistério, tendo reajustes anuais. O objetivo geral da pesquisa consistiu em analisar o vencimento inicial e final dos professores da rede pública municipal paranaense nas cidades de Cascavel, Maringá e Ponta Grossa. A justificativa para a escolha destes municípios deve-se ao fato de que são os mais populosos no estado do Paraná, podendo ter maiores recursos financeiros. Os objetivos específicos foram analisar os efeitos relativos à implantação da Lei nº. 11.738/2008 em três municípios no estado do Paraná; Investigar as diferenças no vencimento dos professores antes e depois da instituição do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN); Compreender como foi estabelecido o vencimento dos professores nos três municípios de grande porte paranaense; interpretar como é o vencimento inicial e final dos professores nas tabelas de vencimento; investigar a parcela de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) destinada ao pagamento dos profissionais do magistério nesses municípios; verificar se as alterações no vencimento inicial dos professores com magistério são proporcionais aos professores com graduação. Os procedimentos metodológicos consistiram na coleta e análise das tabelas de vencimento em cada município; revisão de literatura; leitura dos planos de carreira de cada município; coleta e análise das receitas destinadas e recebidas do FUNDEB e FUNDEF nos municípios. A análise dos dados revelam particularidades e semelhanças em cada município. Em 2008, o vencimento nos três municípios correspondia ao estabelecido na Lei 11.738. Além disso, os planos de carreira nestes municípios foram alterados, aumentando a amplitude da carreira.

Palavras-chave: Política educacional. Financiamento da educação. Valorização do magistério; Remuneração docente.

RESUMOS DE TESES E DISSERTAÇÕES

As práticas de planejamento educacional nas secretarias municipais de educação no contexto do Plano de Ações Articuladas (PAR)

Autor: Cassio Joaquim Moletta

Nível: Mestrado (PPGE/UFPR)

Orientador: Prof. Dr. Marcos Edgard Bassi

Esta dissertação discute a forma pela qual se definiu e se implementou a política educacional do Plano de Ações Articulada (PAR) do Governo Federal e as suas possíveis relações com as práticas de planejamento educacional dos sistemas municipais de educação. O PAR é um instrumento de planejamento da política educacional brasileira, centralizada no Ministério da Educação (MEC), que tem por objetivo implementar e avaliar políticas de melhoria da qualidade da educação básica pública no âmbito dos estados e municípios. Esta pesquisa privilegiou uma abordagem qualitativa da pesquisa educacional, apoando-se na revisão bibliográfica, na análise documental e na realização de pesquisa com grupos focais, para coletar e produzir informações, com o objetivo de interpretar estes dados e realizar suas considerações. No primeiro capítulo, sob uma abordagem histórica, procuramos compreender as concepções políticas que permearam o planejamento público e planejamento educacional no estado brasileiro. No segundo capítulo exploramos a discussão sobre o federalismo brasileiro e a autonomia federativa, onde analisamos a política educacional do Governo Federal 'O Plano de Desenvolvimento da Educação' (PDE). No terceiro capítulo, desenvolvemos uma pesquisa com grupos focais para levantar informações sobre o processo de implementação do PAR e sobre as práticas de planejamento educacionais, em quatro municípios da Região Metropolitana de Curitiba. Assim, apresentamos algumas considerações sobre o planejamento público no Brasil, que assumiu duas principais orientações políticas: uma como estratégia de desenvolvimento capitalista nacionalista e outra como estratégica de desenvolvimento capitalista dependente. Sobre as concepções do planejamento educacional, levantamos que eles não levam em consideração as suas relações com os modos de produção da sociedade capitalista e suas relações com o papel da educação neste contexto. Na análise da política do PAR destacamos o seu contraditório formato híbrido, colocando-o entre uma concepção de planejamento tecnocrático e o planejamento participativo. Pois, por um lado ele possui características gerenciais voltadas para o resultado e por outro anuncia e proporciona uma concepção participativa de planejamento e controle social. Por fim, verificamos que existiu uma forte adesão institucional dos municípios à política do PAR, onde ele colocou-se como um instrumento indutor de políticas educacionais. No entanto, pouco influenciou nas práticas de planejamento local. As práticas de planejamento educacional nos sistemas municipais de educação analisados concentram-se principalmente sobre as dimensões pedagógicas e sua elaboração estão centralizadas nas equipes técnicas das secretarias. Neste sentido esta pesquisa procurou contribuir e fomentar a discussão sobre o processo de desenvolvimento da autonomia federativa e do protagonismo dos municípios na área do planejamento educacional.

Palavras-chave: Planejamento Educacional. O Plano de Ações Articuladas. Sistemas Municipais de Educação. Políticas Educacionais.

RESUMOS DE TESES E DISSERTAÇÕES

Políticas de formação continuada de professores: a experiência do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio no Paraná

Autor: Adilson Luiz Tiecher

Nível: Mestrado (PPGE/UFPR)

Orientador: Profa. Dra. Monica Ribeiro da Silva

O presente trabalho tem como objeto de pesquisa a análise da formação continuada de professores no âmbito do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio-PNEM, na rede estadual de ensino do Paraná, e parte da seguinte problematização: Em que medida os objetivos anunciados na proposta de formação continuada do PNEM estão sendo contemplados segundo a avaliação do curso realizada pelos professores no sistema SISMédio? O PNEM foi criado em 2013 pela Secretaria da Educação Básica do Ministério da Educação-SEB/MEC, instituído pela Portaria n. 1.140, de 22/11/2013 e teve como público alvo os professores e pedagogos que atuam no Ensino Médio público estadual. Como parte de seus objetivos, o PNEM busca promover a melhoria da qualidade do Ensino Médio, ampliar os espaços de formação dos professores e pedagogos envolvidos nesta etapa da educação, estimular a reflexão sobre as práticas curriculares que se desenvolvem nas escolas e rediscutir e atualizar as práticas docentes em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio-DCNEM. Com base nas finalidades do PNEM, o objetivo desta pesquisa é analisar a formação continuada de professores do Ensino Médio e os resultados das ações da formação proposta pelo PNEM paranaense, a partir da avaliação realizada no SISMédio pelos 2.393 cursistas atendidos pela Universidade Federal do Paraná-UFPR e que concluíram a Etapa I da formação em 2014. Para isso, investigamos os resultados das ações da formação do PNEM paranaense, a partir dos dados obtidos pelos Relatórios Personalizados do SISMédio. Como parte do procedimento de coleta de dados, utilizamos como referência os dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais-Inep, do período de 2003-2013. Por meio dos dados levantados, constatamos que a formação do PNEM representou um momento de fortalecimento da relação professor-aluno, de interação dos docentes das várias áreas do conhecimento, de empoderamento dos professores em questões que dizem respeito à escola, de (re)aproximação da Educação Superior com a Educação Básica, bem como de reflexão e atualização das práticas pedagógicas e curriculares.

Palavras-Chave: Formação de professores. Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio. PNEM. Formação integral. Políticas Educacionais. Ensino Médio.

RESUMOS DE TESES E DISSERTAÇÕES

A gestão educacional dos municípios brasileiros: a marca do privado

Autora: Giselle Christina Corrêa

Nível: Doutorado (PPGE/UFPR)

Orientador: Profa. Dra. Taís Moura Tavares

Esta tese buscou a concepção de gestão educacional presente nas ações das secretarias de educação municipais brasileiras. Para isso foram tomadas as experiências de gestão inscritas no Prêmio Inovação em Gestão Educacional, criado pelo INEP e realizado nos anos de 2006, 2008, 2011 e 2013. Da leitura dos documentos que embasam o Prêmio, sobretudo da área de Planejamento e Gestão, e das fichas de inscrição, emergiram os critérios de seleção das 109 experiências de gestão analisadas. A perspectiva teórica se pautou nas origens da administração da educação no Brasil situadas no contexto sócio-histórico mundial e brasileiro da administração geral, e na discussão dos conceitos de gestão e administração na trajetória das principais revistas científicas sobre a administração educacional. Da análise inicial do conjunto de experiências que formou o universo empírico da pesquisa, foi possível fazer uma primeira consideração: a forte presença do setor privado, diretamente ou não relacionado à educação, ditando normas, fiscalizando, orientando recursos e estabelecendo-se legalmente na educação pública municipal. Por isso, as experiências de gestão educacional dos municípios inscritos no Prêmio foram examinadas sob o olhar da categoria público-privada. Assim, as experiências selecionadas foram separadas entre aquelas que tinham deliberadamente a presença de um representante do setor privado na gestão, fosse empresa, ONG ou associações diversas. E as demais, aquelas que assumiram que não haviam estabelecido parcerias de nenhum tipo, ou apenas com outros órgãos públicos. Da análise resultaram conclusões preliminares de que a gestão educacional, presente nos municípios brasileiros, é de perspectiva gerencial com vistas à qualidade do ensino reduzida ao valor do Ideb.

Palavras-chave: Gestão educacional; Sistema Municipal de Educação; Relação público-privada; Políticas educacionais.